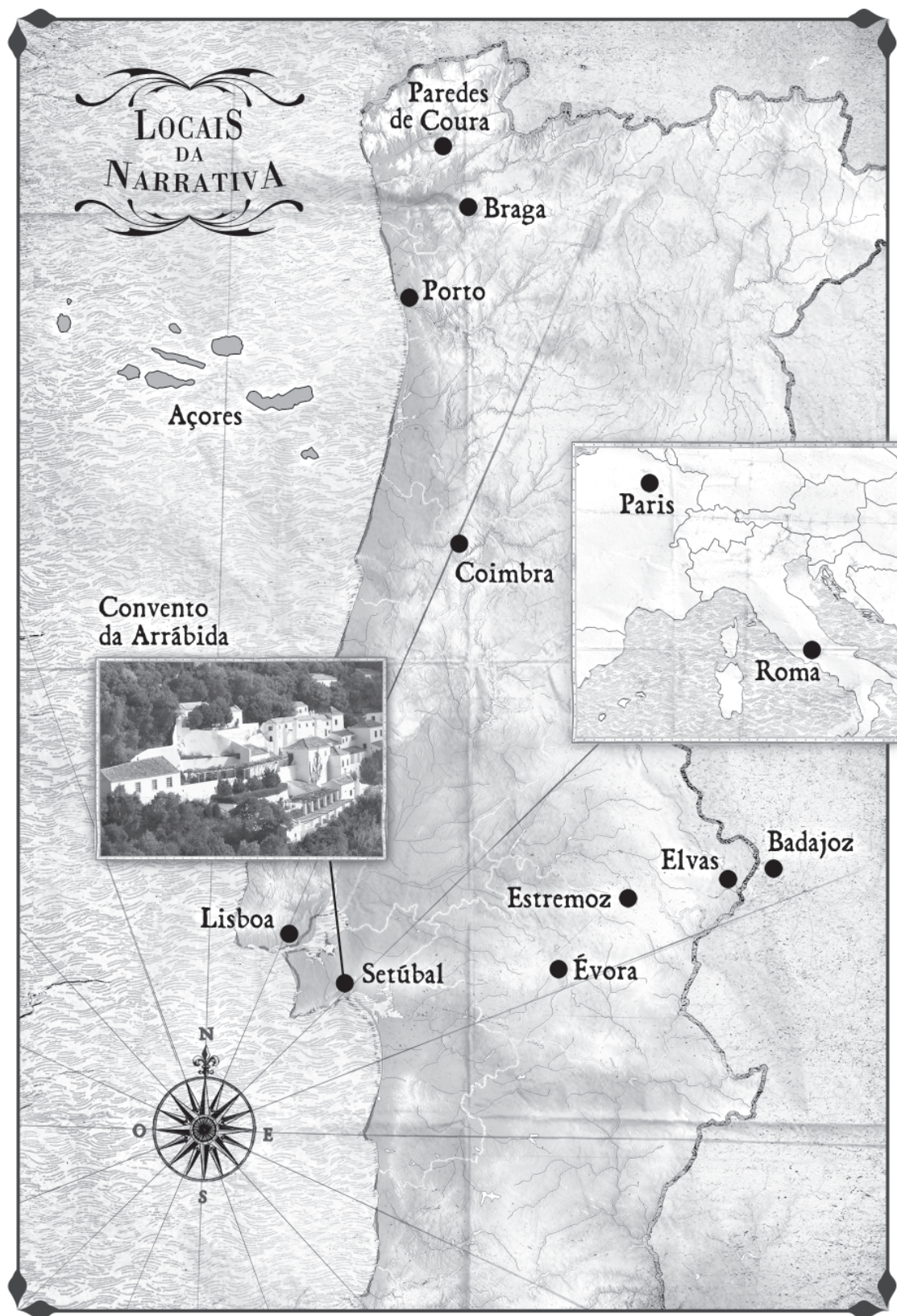


o império das sombras

fernando pinheiro





À memória do Professor Doutor Vítor Aguiar e Silva,
notável camonista, filólogo, humanista e filantropo

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Acílio Estanqueiro Rocha, filósofo; a Aurélio de Oliveira, historiador; a Ernesto Português, monógrafo; a Victor Pinho, investigador; a Júlio Trigueiros, jesuíta; a Henrique Barreto Nunes, bibliófilo; a António Ferreira Afonso, humanista, a cedência de elementos ensaísticos, historiográficos e linguísticos, sem os quais a presente obra resultaria mais pobre e menos fundamentada. Agradeço, igualmente, a Luís Corte Real, editor, as achegas técnico-formais que permitiram o aperfeiçoamento da trama textual deste romance.

LIVRO I

A PÁTRIA AMORDAÇADA



«Nós, homens fortes, servos de tiranos,
que sabemos tão bem rojar seus ferros
sem nos queixar, menosprezando a Pátria
e a liberdade, e o combater por ela.
Eu não! eu rujo escravo; eu creio e espero
no Deus das almas generosas, puras,
e os déspotas maldigo.»

ALEXANDRE HERCULANO,
in A Harpa do Crente

1

Alvorada. Como de costume, sai da cama como um doente em fim de convalescença, acende uma prisca, inala o narcótico e expela o fumo pelas narinas. Manias. Feita a sua entrada triunfal na vida, põe-se a apagar as luzes do candelabro do céu, uma a uma, meticulosamente, segundo uma lição que aprendeu aquando da criação do mundo. Aquele era o seu *métier*, como gostava de dizer aos amigos, não tinha outro e exercia-o a título vitalício, para que soubessem. Por isso, não abria mão dele, nem podia! Até aí, tudo bem, ponto final, parágrafo!

Só a noite, uma viúva rica viciada em joias e trajes de gala, é que o tira do sério. Acicatada pelo ciúme, abandona o palácio logo que o deus dos cabelos de ouro começa a beijar a princesa Eos numa alcova perfumada pelas brisas do Tejo. A tais romances não liga peva. Deixa os fogosos amantes em paz, liga a máquina do tempo, despe o guarda-pó e engalha-o num corno da lua, a menos que ela não ande de cornos. Por fim, parte ao encontro de outros olímpianos para jogar sueca ou bisca lambida, quando não damas e dominó. Antes do crepúsculo, o velho Cronos regressa ao palácio como o sardão ao buraco, e não consta que alguma vez tenha faltado às suas obrigações.

D. Henrique Góis, em matéria de despertar, tem hábitos parecidos. Também acorda cedo, ainda que, por algum tempo, fique estendido no catre como uma estátua jacente banhada pela luz que atravessa a janela do seu quarto virado ao levante. Não demora, porém, a sentar-se na borda da cama com a camisa de linho no corpo e os pés metidos numas alpergatas de esparto. Persigna-se e reza a primeira oração do dia: «Em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo. Senhor, eu Vos amo com todo o meu ser sobre todas as coisas e, por amor de Vós, amo o meu próximo como a mim mesmo...»

Finda a prece matinal, desce do quarto e lava a cara na pia da cozinha com alguns movimentos enérgicos das mãos, dando à barba o aspeto de uma gárgula cheia de musgo a escorrer as últimas gotas de chuva do telhado. Seca-se com uma rodilha de estopa, veste os calções de cetim tufado, abotoa a camisa rematada por um colarinho de renda e ajusta ao peito o colete de brocado preto. Por último, calça as meias de lã e mete os pés nas botas de pele de vitela, providas de cano curto com viras.

Nessa manhã, quando se sentou à mesa para dejejuar, a lenha já crepitava na lareira e uma luz compósita de tons anilados e aurifulgentes inflamava a cassa branca da janela da cozinha, emprestando ao lugar um ambiente de

fábula e mistério. De uma panela que fervia numa trempe de ferro, a esposa tirou-lhe para uma escudela de madeira duas conchas de migas de cebola, farinha de castanha e toucinho e, de um vaso de cobre estanhado, encheu-lhe uma xícara de barro com cevada quente. Mas o pão doce, cuja receita fora deixada no Bairro de Alfama pela comunidade judaica, dona Luísa foi buscá-lo à masseira de pinho. Feito também o seu jejum, correu a tirar o pequeno Rodrigo da cama, não fosse chegar atrasado aos seus estudos no Coleginho da Mouraria.

Eram horas. D. Henrique levantou-se da mesa, pôs na cabeça a cabeleira e o chapéu de abas, vestiu capa guarnecida, agarrou a vara, tomou cavalo e abalou. Descendo do Largo do Salvador, meteu à Rua da Judiaria e alcançou o Terreiro do Trigo pelo Arco do Rosário. Ao transcorrer o Campo das Cebolas e a Rua da Misericórdia ainda surpreendeu algumas calhandreiras negras a apanhar as imundícies que os moradores lançavam pelas janelas durante a noite, para depois despejarem diretamente no rio. Os aguadeiros galegos, por sua vez, de cesto na mão e saco ao ombro, faziam ecoar o seu pregão musical para os lados das Cruzes da Sé. Chegado à casinha da almoçaria da Ribeira, recebeu a companhia do meirinho e dos seus oficiais, e com eles partiu para a inspeção que estava cometida aos almotacés da cidade, que eram quatro ao todo. Na semana seguinte, rodariam entre eles pelas circunscrições da Figueira, das Tercenas, dos Açougues e da Ribeira, e isto por ciclos de quatro meses.

No âmbito da regulação do mercado, D. Henrique Góis temia, sobretudo, a ação clandestina dos intermediários que provocavam a escassez de alguns bens de primeira necessidade, como o sal e o carvão. Todavia, no caso do trigo, a situação apresentava-se mais séria, porque a pirataria de mouros, holandeses e ingleses estava a causar uma diminuição das descargas no porto de Lisboa, facto que fazia com que o preço deste cereal, semana a semana, subisse para valores preocupantes. Ora, era preciso pôr cobro a tal carestia, para se evitar um novo ciclo de fome, como o que ocorrera havia menos de trinta anos, era ele então um moço de apenas 13 anos de idade.

Nas ruas da antiga Judiaria Velha, prevenindo especulações e açambarcamentos ilícitos, visitava mercados, armazéns, lojas de comércio, indústrias, casas de comestíveis, tabernas, fiscalizava pesos e medidas e verificava os preços sujeitos a tabela. Outrossim, nos açougues, conferia a qualidade da carne, frequentemente coberta de moscas, sobretudo no verão, o mesmo acontecendo com o peixe no mercado da Ribeira. Também nas tendas das quitandeiras se certificava de que não vendiam produto falso ou adulterado, o que não raro sucedia, como fora o caso de uma certa mulata que, um dia, tentou passar

quitoco, ou fumo-bravo-do-amazonas, por tabaco, que alguns mercadores introduziam ilegalmente em Lisboa. Dessa forma não só lesavam o monopolista que arrematara o contrato da sua exploração em Madrid, por 40 mil réis anuais, como também a própria Junta Governativa, que deixava de receber o imposto legalmente estabelecido para um tipo de comércio que se encontrava em franca expansão.

Depois de percorrer o seu quarteirão até cerca do meio-dia, subia a Alfama para almoçar qualquer guisado preparado pela esposa, após o que regressava à Ribeira, onde fazia expediente administrativo e jurisdicional na casinha da almotaçaria. Aí, apreciava acusações e denúncias trazidas pelos seus oficiais, escriturava as taxas cobradas e passava despachos de remessas aos comerciantes que lhos requeressem; se, porém, as coimas ultrapassassem a quantia de 600 réis, mandava o meirinho entregar os prevaricadores ao corregedor da coroa. D. Henrique não se considerava um cobrador de impostos *qua tale*, condição mais bem ajustada ao vedor da Fazenda, mas o certo é que, enquanto almotacé imbuído do espírito de missão, ajudava a encher os cofres do erário público à custa dos transgressores, e disso se envaidecia.

A vaidade! De todas as vezes que perguntava a si mesmo se não seria condenável experimentar um sentimento tão execrado por alguns, sempre achava legítimo o gozo desse secreto prazer interior, porque o senado da câmara e a Junta Governativa do Reino só outorgavam a almotaçaria a candidatos cuja fama não estivesse manchada por atos de suborno ou corrupção, como era o caso dos Góis. Com base nessa presunção, acalentava o sonho de um dia o seu pequeno Rodrigo vir também a ser almotacé de execução. Não que o almotacé auferisse um salário por aí além, pois não superava os mil réis por mês, ainda que esse estipêndio fosse acrescido com uma percentagem das multas cobradas; mas o mais relevante de tudo era a transmissão familiar dos privilégios inerentes ao cargo, cuja garantia representava um valor mais seguro do que os cruzados de ouro e os tostões de prata que a sua esposa guardava religiosamente no fundo da arca encoirada. O pequeno Rodrigo, sempre que levantava a tampa desse tesouro doméstico, gostava de aspirar o odor libertado pelos saquinhos de alfazema, ali postos por sua mãe contra o poder destruidor das traças.

À NOITE, NO LARGO DO SALVADOR, PODIA, ENFIM, CONVERSAR com a família sobre as peripécias do dia, que muito excitavam a imaginação do seu benjamim, então a caminho dos 9 anos de idade. Na verdade, aqueles atos de fiscalização do comércio e dos mercados de Lisboa incutiam-se-lhe na cabeça de forma quase natural, porque o avô já lhe havia

contado histórias do mesmo teor, pois também fora almotacé. Apesar de os jesuítas de Santo Antão o obrigarem a aturados exercícios de Aritmética e Gramática, os colóquios do serão não deixavam de o levar pelo mundo imaginário das profissões que constituíam o alimento da sua mítica prognose: almotacé, comerciante, armador, cavaleiro ou navegador dos mares sem fim. O ambiente familiar era, de resto, propício a tais fantasias, porque os seus irmãos mais velhos estavam ligados a atividades comerciais e marítimas: o Samuel tinha acabado de casar com a filha de um mercador de frutas, cereais e especiarias, cuja loja, justamente intitulada *A Colonial de Lisboa*, se situava na Rua Nova dos Mercadores; e o Duarte estudava náutica na escola da Ribeira das Naus. Por isso, lá em casa, a todo o momento, ouvia falar de negócios e navios, de viagens à Índia, África e Brasil, de animais fabulosos, calamidades e naufrágios, de festas no paço e procissões nas igrejas. Fora das aulas no Coleginho, um dos seus passatempos preferidos era acompanhar a mãe nas suas idas ao mercado da Ribeira, sítio onde se deixava enfeitiçar pela gente escura e buliçosa que apregoava os produtos do mar com cantilenas musicais e graciosos requebros do corpo.

O pequeno Rodrigo era aquilo a que se poderia chamar um menino feliz. Mas, apesar da boa sina com que fora bafejado, sabia que a vida não era nenhum mar de rosas, a avaliar pelas fomes, pestes e guerras que, volta e meia, assolavam a cidade de Lisboa. Quem lhe falava dessas calamidades era o avô, das quais guardava algumas lembranças, a começar pela história do *pão de pataco*, assim chamado porque, num ano em que houve uma grande falta de trigo, certos padeiros se meteram a fazer um pão com meio traço de farinha e outro meio de serrim de madeira. «Se é do *pataco*, coma-o vosmecê!», gritavam as vizinhas para as padeiras. Também se lembrava de o avô lhe ter contado que, uma vez, apanhou uma quitandeira negra a vender um fruto indigesto, semelhante à castanha da Beira e de Trás-os-Montes, cuja árvore haviam trazido nos navios da carreira da Índia. Parece que ainda o ouvia exprimir com um brilho travesso nos olhos:

«— Nem para um porco, quanto mais para um cristão!»

Agora, porém, que o avô tinha falecido, só podia ouvir histórias da boca do pai, ao serão, nem ele se fazia rogado a contar episódios relacionados com o seu mister. Era uma forma de preparar o filho para no futuro herdar a tradição familiar da almotaçaria, serviço público que sempre foi exercido pelos Góis com um misto de lei e humanidade. Para prova dessa avisada prudência, contou-lhe o caso do Julião das Tormentas, que abriu uma taberna no Beco da Adega, sem a respetiva licença. Mas sendo ele pobre e não tendo negado a infração, perdoou-lhe metade da coima. Fosse pelas alminhas do purgatório!

De outro modo procedia se apanhasse burlões em flagrante delito, que comparava às sanguessugas que os físicos aplicavam nos doentes com febre, porque nesses casos não tinha dó nem piedade na hora de cobrar as multas por inteiro.

— O que são burlões, senhor? — interrompia o pequeno Rodrigo o solilóquio do pai.

— São parasitas que vivem à custa do suor alheio, assim como as carraças que chupam o sangue das ovelhas. Esperam pelas carroças dos lavradores, ainda longe dos mercados, compram-lhes cereais e legumes a troco de uns míseros vinténs, para depois revenderem a preços especulativos. Compram-lhes, é um modo de falar... é mais roubo do que outra coisa qualquer. Esses ladrões é que mereciam ir a um auto de fé!

— Onde queimam os homens maus nas fogueiras?

— Parece que também queimam homens bons...

JÁ TINHA OUVIDO FALAR DE AUTOS DE FÉ, MAS NUNCA ASSISTIR a nenhum, apesar de se realizarem perto de sua casa. Gostava bem mais de ver as cavalcadas e as corridas de touros que se faziam no Rossio, diante do hospital de Todos-os-Santos. Só que agora estava anunciado o auto de fé de um jovem chamado Solis, que passava por ser o ladrão de um cofre de tartaruga e de um vaso dourado com hóstias consagradas da igreja de Santa Engrácia, que seguia com obras no Campo de Santa Clara. E o pai, ao tempo da ocorrência, tinha dito lá em casa que esse moço pertencia a uma família bastante abastada de Lisboa, o que fazia desse sacrilégio um caso muito estranho, porque um jovem rico, à partida, não tem precisão de furtar alfaías litúrgicas do interior de uma igreja. Em Alfama não se falava de outra coisa, porque o povo do bairro facilmente se deixava enredar em questões de natureza religiosa. E o facto de o Solis ser cristão-novo fez com que a malquerença contra a sua comunidade crescesse na cidade como o abcesso num dente.

Frequentava o culto nas igrejas de Alfama, Mouraria e Graça, quando não no majestoso templo de São Vicente de Fora, cuja grandeza arquitetónica nunca deixava de o impressionar, muito embora soubesse que se tratava da ampliação de um templo tão antigo quanto a fundação de Portugal, porque lho haviam dito no Coleginho. Tinha muito por onde escolher: São Mamede, São Miguel, Santo Estêvão, São Pedro Mártir, Santo António, Santa Clara... Mas, por influência dos jesuítas, passou também a rezar a missa na igreja de São Roque, que era um dos templos mais concorridos de Lisboa, cujo adro se enchia de carroças das senhoras da nobreza que iam ouvir os sermões dos

pregadores. Na verdade, ali estava instalada a casa professa de uma congregação que rapidamente ganhou uma posição muito especial no conceito popular, sem retirar o que a outras mais antigas pertencia, fossem elas cistercienses, franciscanas, carmelitas ou agostinianas. Após a liturgia de domingo, os pais ficavam habitualmente a conversar no largo fronteiro à igreja com familiares e amigos, e o assunto do momento era a violação do tabernáculo da igreja de Santa Engrácia, atribuída ao cavaleiro Simão Pires de Solis, de cuja verdadeira identidade Rodrigo ouviu versões contraditórias. Alguns davam-no por judeu que se disfarçara de cristão para injuriar a Cristo Nosso Senhor; outros, porém, garantiam que ele não passava de um jovem mercador que se apaixonara por uma freira do mosteiro de Santa Clara, chamada Violante, e que a visitava a coberto das trevas da noite.

O povo nunca teve tanto pasto de conversa. O caso não era para menos, porque o sacristão daquela igreja, quando viu o sacrário profanado, saltou para a rua e pôs-se a gritar: «Sacrilégio! Sacrilégio!» Era manhã cedo e o Solis descia a Rua do Campo de Santa Clara na ignorância do atentado religioso que ali havia sido perpetrado, momentos antes. O povo, reunido em grande número no local, quando viu um cavaleiro embuçado em capa e volta e com as patas do cavalo enroladas em grossos trapos de serapilheira, para abafar o som das ferraduras na calçada, logo o tomou pelo ladrão da igreja de Santa Engrácia, face à evidência de tantos sinais comprometedores. Arrancaram-no do cavalo e prenderam-no até à chegada do meirinho e dos comissários do Santo Ofício.

O caso Solis poderia não ter passado da história vulgar de um cristão-novo que judaizara e desaparecera nas chamas da fogueira, no desterro de além-mar ou nos porões infetos das galés. Mas não. Aquele sacrilégio despoletou um ódio cego contra a *gente da nação* por parte de cem cavaleiros, ditos de sangue limpo, que constituíram a Irmandade dos Escravos do Santíssimo Sacramento e afixaram nas paredes da cidade letrados a dizer: «Louvado seja para sempre o Santíssimo Sacramento.» Só que, nos dias seguintes, alguns moradores garantiram ter visto, de madrugada, homens armados de varapaus e munidos de lanternas a destruir tal propaganda e a dar vivas à lei de Moisés! Foi o bastante para que a Inquisição incrementasse ainda mais a perseguição contra os cristãos-novos — que em Lisboa também eram conhecidos pelo epíteto injurioso de marranos —, que persistiam em renegar a fé católica que lhes havia sido imposta por alvará régio do senhor D. Manuel, no ano de 1496.

O pequeno Rodrigo, naqueles meses em que só se falava do Solis, ouviu o pai dizer que tinham mandado para os Estaus um jovem com base numas

quantas suspeitas tão irreais quanto as sete cores do arco-íris. É que, considerava ele não sem uma boa dose de razão, se nessa manhã o prenderam à porta da igreja, bastava que lhe fossem ao alforge ver se tinha consigo o cofre e o cibório. Ora, se nada lhe encontraram...

— Não se chama a isso bode expiatório? — acudia dona Luísa com a sua oportuna dúvida.

— Sim, senhora, é coisa que existe muito em tempos de pouca justiça! — suspirava um tanto cismático D. Henrique, ao acabar uma ceia de vinho tinto, caldo de hortaliças e ensopado de carne de vaca com pão de boa mistura.

Depois da reza do rosário, a Isabelinha, que era a filha mais nova da casa, pôs-se a imitar a mãe a fiar na roca, tanto quanto o sono lho permitiu, e o pequeno Rodrigo reviu o catecismo com o pai, terminando com a recitação do credo: «*Credo in unum Deum, Patrem Omnipotentem, factorem caeli et terrae...*» Dando por findas as suas canseiras diurnas, foi para a cama numa altura em que os anjinhos do céu já o chamavam para os seus folguedos noturnos.

2

No dia do auto de fé do Solis, o pequeno Rodrigo também quis ir com o pai até ao Campo de Santa Clara, para assistir a um espetáculo que era, entre todos, o preferido do povo. Num jovem curioso quanto ele, era legítimo o desejo de conhecer o cristão-novo que estava acusado pela Inquisição de profanar o sagrado tabernáculo da igreja de Santa Engrácia, até porque não havia dia que o assunto não fosse badalado em Lisboa. A mãe, porém, não o deixou participar em ato tão perigoso, porque a turbamulta saía das purgas a ferver de ódio antijudaico, facto que obrigava os cristãos-novos a fecharem-se em casa e a esconder tudo quanto pudesse suscitar a desconfiança ou a violência.

Daí que, nesse domingo de inverno de 1631, o pequeno Rodrigo não foi além do Largo do Salvador, onde se entreteve a jogar ao pião com os colegas do bairro. À noite, porém, o pai compensou-o dessa proibição contando-lhe o que de essencial acontecera no terreiro do convento de Santa Clara. Enquanto ceava, logo se pôs a dizer que o povo acoimou o Solis de cão herege, porco judeu e outras coisas piores, depois que o viu subir ao cadafalso com as duas mãos decepadas. Já não havia dúvidas de que fora ele o grande violador do sacrário da igreja de Santa Engrácia. Aqueles cotos diziam tudo! Mas, verdade verdadinha, também por lá andara um seu vizinho a jurar a pés juntos que o Solis namorava, de facto, uma freira do convento de Santa Clara e que o ladrão fora outro que não ele.

— E que razões teria esse tal vizinho para o inocentar? — perguntava dona Luísa, incitada pelo desejo de descobrir toda a verdade daquele mistério.

— Parece que a freira, sabendo-o preso e temendo o escândalo, por ser filha de uma casa de alta linhagem, lhe mandou à cadeia dois melões por uma serva, um aberto e outro por abrir, com o recado de que o calado era o melhor. E o Solis viu-se como que obrigado a dar-se por culpado e a confessar o crime.

Verdade ou mentira, o certo é que, logo que lhe atçaram as chamas da fogueira, por três vezes gritou: «Morro inocente! Morro inocente! Morro inocente!» E não só negou a culpa, como rogou uma praga à igreja que ditara a sua perdição. Uma praga contra o templo de uma mártir cristã? Jesus, Maria e José!, persignava-se dona Luísa, que não podia conceber semelhante blasfémia nos seus piedosos juízos. Bem, inferia D. Henrique, uma tal impiedade só se podia compreender na boca de um desesperado, como era, sem tirar nem pôr, o Simão Pires de Solis, que, por uma estranha casualidade, passara àquela

hora, naquele lugar, com aqueles fatídicos atributos... Sim, só uma estranha casualidade explicava tamanho vitupério, tanto mais que o vizinho que o defendera da acusação de sacrilégio também o dera por um bom católico de grandes práticas religiosas. Na verdade, quem saberia se aquela alma iluminada pela estrela polar do amor não teria sido sacrificada injustamente na ara piacular do Santo Ofício? Quem?

E no que à jovem freira Violante dizia respeito, D. Henrique quase podia jurar que se tratava de mais uma das muitas donzelas que eram impedidas de viver as alegrias do mundo, porque a nobreza, na hora de transmitir o património, se regia pelas leis excludentes do direito de primogenitura varonil. Por que motivo estava ela na clausura de um convento, quando devia estar a governar a vida de um lar, como mandava a lei de Deus?, perguntava, sem que alguém lhe soubesse responder. Enfim, Solis morreu para a vida, e uma jovem, ainda que freira, morreu para o amor.

— Uma irmã de nossa filha Leonor! Quem sabe se não serão amigas no convento... Não sei como Deus permite tanta desgraça neste mundo! — suspirou dona Luísa, antes de se levantar da mesa e começar a rezar as orações da noite.

O INVERNO DESSE ANO CORRIA SOTURNO E AGRESTE, COMO SE O tempo também estivesse de luto pela morte do Solis. D. Henrique já não era almotacé de execução, por ter terminado a sua comissão de serviço; ainda que esperasse, com justificada razão, ser investido noutra cargo público. Os serões aproveitava-os para avisar os filhos quanto aos problemas do país, que não eram só de cariz religioso, como poderiam pensar por causa dos autos de fé; pois também eram de cariz político e económico, e numa tal ordem de grandeza que já tinham dividido os nobres e os mercadores em dois grandes blocos de interesses contrários. Na verdade, enquanto uns empobreciam com a diminuição das rendas fundiárias provocada pela fuga dos campos, outros enriqueciam com a venda dos produtos que chegavam da Índia, África e Brasil. Falava-lhes dessas coisas porque, de hoje para amanhã, podiam ser comerciantes como o Samuel, ou oficiais do senado da câmara como ele, e precisavam de saber quais os cordelinhos que regiam os negócios públicos e privados.

Ora, continuava o pai com a instrução, o caso Solis estava a ser usado pelos nobres como arma de arremesso político contra a gente do comércio, por ver nela uma ameaça ao seu poder de influência no Terreiro do Paço. Na verdade, a coroa passou a pedir muito dinheiro emprestado a mercadores e a banqueiros de origem judaica, porque, desde as guerras associadas à questão

da *Beltraneja*, levada a cabo por Afonso V, já lá iam uns bons cento e cinquenta anos, nunca mais deixou de fazer bancarrotas.

— Que são bancarrotas, senhor? — perguntava o Duarte, o segundo varão mais velho da casa.

— É quando se acaba o dinheiro no tesouro do reino. É como nós, se não tivermos dinheiro para comprar leite, pão, trigo, arroz...

Só que a ascensão da burguesia, notava ainda D. Henrique aos filhos, estava a causar um grande desconforto na nobreza de casta, que não gostava dos judeus conversos, e Filipe IV de Espanha também não; tanto que passou a arquivar as queixas que a *gente da nação* exarava contra as arbitrariedades do tribunal do Santo Ofício, e deixou de ter por falsas ou descabidas as denúncias que proeminentes hierarcas da Igreja Católica propalavam do alto dos púlpitos contra um povo que apenas tinha por projeto de vida o sustento do dia a dia e a salvação da alma.

— Senhor, nós também somos *gente da nação*? — indagava agora o benjamim da família Góis.

— Não, meu filho. *Gente da nação* são os judeus que vieram para Portugal e aqui constituíram as suas famílias e os seus negócios. Os que se converteram ao catolicismo são conhecidos por cristãos-novos.

— Então é por isso que nos chamam cristãos-velhos! — deduzia o Duarte.

— Sorte a nossa, porque os cristãos-novos costumam ser denunciados como judaizantes e ver os seus bens confiscados.

O pequeno Rodrigo, porque tivesse travado discussões com os seus colegas do Coleginho, que diziam que a Inquisição fizera muito bem em ter mandado queimar o Solis, quis obter informações sobre o funcionamento desse tribunal, mas o pai pouco lhe adiantou quanto a essa matéria, exceto que o inquisidor-geral exigira o endurecimento da luta contra os marranos que ainda havia no reino, mal sabendo que o sangue judeu já estava muito espalhado em todas as classes sociais. O que mais havia era casamentos de burgueses e fidalgos com mulheres sefarditas, que sempre tiveram fama de serem ricas, cultas e belas.

— Senhor, o que são mulheres sefarditas?

— Antigamente, os judeus chamavam Sepharad à Península Ibérica... desde aí passaram a ser conhecidos por sefarditas. Muitos converteram-se ao cristianismo, mas a maioria não. O problema é que os conversos continuam a ser acusados de orar de dia nos templos cristãos e de judaizar de noite no interior das suas casas. Por essa razão é que a Inquisição anda a pedir atestados de limpeza de sangue a toda a gente. Parece que os linhagistas não têm mãos a medir.

— É como as igrejas — acudia agora dona Luísa —, que estão à pinha e ao malho, porque não há ninguém que não queira parecer católico, mesmo não o sendo.

Não levou mais longe a conversa com os filhos naquele serão. Mas, nos dias seguintes, continuou a meditar na melhor maneira de defender a família do perigoso arbítrio do Santo Ofício, que prendia pessoas com base em denúncias anónimas. Por isso, achou avisado frequentar a igreja de São Domingos, cuja ordem dominava os *estilos* processuais da Inquisição em Portugal. Nos sermões que então ouvia, os pregadores diziam que o povo judeu carregava consigo uma apostasia ingénita e contagiosa que fazia perigar o culto da religião católica. Extirpar tão pernicioso mal era de todas a mais importante obrigação que fora cometida à congregação do Santo Ofício, tribunal que primeiro combateu a blasfémia dos albigenses, queimando muitos, e agora combatia a blasfémia dos judeus, fazendo o mesmo.

Com o reino alvoroçado e dividido em bandos espirituais de católicos romanos, cristãos-novos, judeus e hereges, que se repeliam como o pez e a gordura, as boas famílias estavam obrigadas a educar os filhos no catecismo de Roma e a praticar o culto em várias igrejas de Lisboa aos domingos e dias santos de guarda. Ele próprio tinha por costume pontificar na procissão do *Corpus Christi* com hábito talar e vara vermelha na mão, porque a não exibição da piedade era atrair a suspeita. A questão religiosa interessava-lhe porque não só almotacés haviam sido levados ao patíbulo da Inquisição, como também advogados, médicos, cónegos, juizes, frades, oficiais-mecânicos, cristãos-velhos, caldeireiros, gravadores, bruxas, sodomitas, mercadores, prostitutas, impressores-tipógrafos, heréticos de toda a espécie, pois ninguém escapava ao crivo apertado dessa justiça, dita santa. Sabia de mães-viúvas que se entregavam à prostituição para matar a fome aos filhos pequenos e para os livrar da mendicidade ou da escravidão, que era a sorte que esperava o povo negro que chegava de África.

NESSA NOITE, DEITOU-SE NO CATRE DE CEREJEIRA ENVERNIZADA, possuído pelas justas e naturais intenções de garantir um futuro ridente ao Rodrigo e à pequena Isabel, e agradecido a Deus pelas vidas ocupadas do Samuel, do Duarte e da Leonor, que então fazia o noviciado no convento das clarissas, localizado a dois passos do Largo do Salvador, depois de se ter deixado seduzir pela vida austera e piedosa dessas servas franciscanas. Fora uma boa ideia ter posto o Rodrigo a estudos no Coleginho dos jesuítas, até para gozar de um bom relacionamento com uma congregação que tinha tanta influência no Santo Ofício. E se o senado ou a coroa o reconduzissem

novamente no cargo de almotacé, ou noutro, isso seria o mesmo que semear com uma mão e colher com as duas.

Habitualmente, o cansaço e a tranquilidade moral exerciam nele o mesmo efeito de um sedativo eficaz a mergulhá-lo no sono dos justos. Não nessa noite. A imagem do Solis a arder no meio de gritos, fogo e cheiro a carne queimada haveria de causar-lhe um pesadelo deveras atribulado e angustiante. Oscilando entre a vigília e o entressonho, tão miserando como Job na terra de Hus, dois saíões atavam-lhe as mãos à corda corrediça de uma roldana presa ao teto do expiáculo e puxavam-no para cima e para baixo, como se não passasse do contrapeso de uma báscula. De mãos atadas na polé, para cima e para baixo, até soltar a culpa... As histórias dos suplícios aplicados aos presos do palácio dos Estaus já faziam parte do inconsciente coletivo do povo de Lisboa e, por maioria de razão, também do seu, porque, correndo como corria as ruas da baixa, a todo o tempo via carrascos a açoitar condenados de baraço e pregão ao pescoço, debaixo das indecorosas chufas da população. E muita sorte a deles não terem ido à forca ou à fogueira!

Bandos de proscritos abjuravam de cabeça pendida diante da tribuna do frade-inquisidor; chusmas de condenados entravam nos porões infetos das galés; levas de penitenciados seguiam para masmorra catequética, como gado tangido pelos campinos nas lezírias do Tejo... Toda essa convulsa massa de ficções tumultuava no caos da sua tempestade mental, como um mar revolto a arrojear ondas contra a falésia da praia. Vinda do nada, uma beata — que o peso de um grande rosário de contas do tamanho de bugalhos vergava quase até ao chão —, uma vez chegada à porta da igreja da Senhora da Misericórdia, cuspiu com santa indignação na cara de um desgraçado que lá estava com túnica branca e vela acesa na mão: «Judas!»

Subitamente, um bulcão de trevas abissais, alucinantes, tétricas, insondáveis, sufocantes, engolia-o num sorvo apocalítico. Estava caído no inferno das suas piedosas meditações! Sete demónios metiam-lhe uma golilha ao pescoço, torciam-lhe os braços e vendavam-lhe os olhos, porque ninguém escapava à *longa manus* do Santo Ofício! Estava preso. Pior, estava condenado! Dois familiares conduziam-no agora ao patíbulo da infâmia, vestido de sambenito e carocha, para ser queimado nas chamas da fogueira como Simão Pires de Solis. «Misericórdia! Misericórdia!», bradava roucamente pelas ruas da cidade ante o escárnio da gentilha que lhe lançava anátemas e arrenegos: «Morte aos apóstatas! Queimai a peçonha!» Preso ao tronco do cadafalso, a lenha ardia à sua volta, as línguas do fogo lambiam-lhe a carne e as espirais do fumo tornavam-lhe o fôlego entrecortado, mais e mais, até ao sufoco. Tresnoitou, soergueu-se contra a cabeceira da cama para corrigir o violento desgoverno

das emoções. Dona Luísa, estranhando aquela agitação inabitual do esposo, coisa rara em mais de vinte anos de casada, acendeu a vela do quarto para acudir à espertina de um homem que nem sequer era velho, 43 anos...

— Que tendes, esposo?

— Esta história do Solis é a minha danação, senhora.

— Não deveis ir mais aos autos de fé...

— Toda a gente vai, e logo eu que tenho obrigações com o senado da câmara e com a Junta Governativa. Não estar com o poder, é estar contra ele.

— Não penseis mais nisso, agora. Rezemos para que nenhum filho nosso ou parente mais chegado sofra os tormentos desta maldita Inquisição que a todos nos mata.

— Rezemos, pois, senhora, mas nunca maldigais do tribunal do Santo Ofício em lado nenhum, porque a cidade está cheia de comissários e familiares que usam o cargo para obter favores do inquisidor-geral e do paço. Ora, se essa gente vive das buscas...

A alva já surdia na outra banda do rio, quando dona Luísa foi pelo seu livro de horas, herdado de um tio que chegou a ser capelão da igreja de São Miguel de Alfama, e começou a ler: «Deus omnipotente e eterno, luz resplandecente e luz sem ocaso, ao recomençar um novo dia, pedimos-Vos que nos visiteis com o esplendor da Vossa luz e que dissipeis assim as trevas dos nossos pecados. Por Nosso Senhor Jesus Cristo. Amém!»

NUM CERTO DOMINGO DE OUTUBRO, JÁ COM O TEMPO A PUXAR outra vez para o frio, o pequeno Rodrigo, depois de ter corrido o Cais da Ribeira com os meninos de São Julião, chegou a casa meio esbaforido, pois tinha uma grande novidade para dar à família:

— Vi chegar um galeão, cheio de carga!

— Cheio de carga e de más novas! — desenganava-o o pai.

— Porquê, senhor?

— Porque os holandeses tomaram Olinda e Recife, no Brasil.

Era verdade. Pela primavera do ano de 1631, Portugal perdia duas importantes praças no além-mar. Então só se via povo a murmurar contra Filipe IV e o conde-duque de Olivares, por descurem a defesa do império português, que tanto custara a conquistar, mas que agora desaparecia nas mãos dos piratas flamengos como peixe miúdo na bocarra de um tubarão. Sendo, porém, uma matéria que estava fora da sua alçada, D. Henrique não travava discussões com ninguém, apenas tomava boa nota de uma revolta surda que crescia à medida que iam sendo conhecidas novas perdas no Brasil e na Índia. Onde houvesse patriotas, fosse nas Portas do Sol, na Ribeira, no Rossio, no

Cata-que-farás, no Largo de São João da Praça, nas Portas do Mar, as vozes de protesto subiam de tom a cada dia que passava, qual torrente açudada a transbordar no leito apertado. E o povo, se já malqueria os castelhanos, passou também a malquerer os holandeses, por serem os novos ladrões do mar e por travarem uma guerra sem tréguas contra os católicos! Por isso, não admirava que os portugueses andassem acirrados como lobos caídos num fojo da serra.

Entretanto, concorreu a novo lugar na câmara e, face ao prestígio alcançado como almotacé, foi escolhido por D. Luís de Sousa, o novo presidente do senado, para alcaide-pequeno da cidade, numa altura em que cresciam os rumores de que tinha sido preso em Madrid o verdadeiro ladrão da igreja de Santa Engrácia. Novamente o caso Solis veio à baila, porque o corregedor do crime que assinara a sentença da execução, o muito douto e considerado Gabriel Pereira de Castro — de quem se dizia ter escrito livros importantes, cuja ciência jurídica o elevara à condição de chanceler-mor do reino —, pedira a resignação de modo súbito, muito embora por pouco tempo, pois não tardou a ser propalada na Ribeira a notícia do seu óbito. Semelhante sucesso levou o povo a dizer que Deus punira com a morte quem com a morte punira um jovem inocente; todavia, esse mesmo povo não curou de saber se tal juiz poderia ter objetado *in absentia* o despacho do todo-poderoso inquisidor-geral D. Francisco de Castro, antigo reitor da Universidade de Coimbra, que era a figura mais conspícua e poderosa do Portugal de então. Pudesse, não pudesse, o certo é que a justiça secular, vergada ao peso da mão de ferro do Santo Ofício, tirara a vida a um mancebo que cometera o *crime* de amar uma freira de Santa Clara no silêncio cúmplice da noite, quando as estrelas do céu alumiam com mais intensidade a sagração do amor terreno!

Com o tempo, no Largo do Salvador, foi sendo esquecido o injusto martírio do Solis: o pequeno Rodrigo iniciou-se em novas matérias, além da Gramática e da Aritmética, como eram os casos de Ciências Naturais, Astronomia e Latim; e D. Henrique passou a desempenhar o cargo de alcaide pequeno da câmara de Lisboa. No âmbito desse novo ofício, tratou de saber se o povo cumpria as posturas e os editais que regulamentavam o acesso à água pública, pelos muitos desacatos que havia ao redor das bicas d'El-Rei, provocados por aguadeiros e escravos que se batiam com cacetes e armas brancas, e por mulheres que, arrependendo-se umas às outras, entornavam os púcaros ao chão e soltavam pragas e arrenegos de bradar aos céus. E dado que ainda chegou a assistir a algumas zaragatas, mandou fazer pregão de uma velha postura municipal, aprovada ainda em tempos de D. João III, que a câmara de Lisboa reformulou para efeitos de nova aplicação.

De modo que, onde quer que houvesse mouros, escravos, galegos, criados

e serviçais da mais diversa ordem, os seus quadrilheiros subiam aos bordos dos tanques, alteavam a voz e soltavam o seguinte precónio: «D. Luís de Sousa, conde do Prado, presidente do senado da câmara de Lisboa, pelas muitas contentas que há ao redor das bicas d'El-Rei, determina que, de ora em diante, na primeira bica encham os pretos forros e cativos que forem homens; na seguinte os mouros das galés que, depois de abonados com as suas aguadas, dão a vez aos mulatos; na terceira e na quarta, que são as do meio, os moços e os homens brancos; na quinta as mulheres pretas, mulatas, índias forras e cativas; e na bica da banda de Alfama as mulheres e as moças brancas. Por último faz saber que quem não cumprir as sobreditas disposições pagará multa de dois mil réis e estará na cadeia por três dias sem remissão. Quem não pagar será açoitado em público e ficará com pregão e baraço ao pescoço ao redor do chafariz, sem remissão. Feito aos sete de março do ano 1632, da era de Nosso Senhor Jesus Cristo, reinando D. Filipe IV, o terceiro do mesmo nome em Portugal.»

MAS ENQUANTO A DESORDEM PÚBLICA DIMINUÍA A OLHOS VISTOS nas bicas d'El-Rei, o sentimento anticastelhano crescia como a maré alta do estuário. Tudo porque o rei de Espanha, em cima do real d'água, veio exigir aos portugueses um imposto extraordinário destinado ao financiamento da construção de cinquenta galeões para resgatar Pernambuco, no Brasil, que também caíra nas garras dos holandeses. Foi com grande indignação, mas sem nenhum êxito, que D. Diogo de Castro, presidente da Junta Governativa do Reino, contestou mais esta alcavala espanhola, que obrigava Portugal a entregar anualmente a Madrid 500.000 cruzados. Toda a gente dizia que o dinheiro era para o Olivares financiar as guerras contra os protestantes, e não para expulsar os holandeses do Brasil. Tanto mais que corriam histórias a dizer que Filipe IV não queria saber de Portugal para nada, pois ocupava o tempo a dançar, a caçar e a cortejar a María Calderón, uma atriz famosa dos teatros de Madrid. De resto, já reinava havia mais de dez anos e ainda não se dignara visitar Lisboa.

No Largo do Salvador, a propósito da carga fiscal que impendia sobre o povo e os funcionários públicos, informava D. Henrique com visível irritação:

— No ato da minha investidura como alcaide-pequeno, senhora, obrigaram-me a pagar um novo imposto aprovado pelo Olivares, chamado meia-anata, correspondente a metade do meu salário anual.

— Roubam-nos em tudo, senhor! — redarguiu a esposa sem esconder a revolta que lhe ia na alma, ante a tristeza do Rodrigo e a indiferença da pequena Isabel, que brincava com as suas bonecas de pano. — Mas se a vós vos

roubam no salário, a mim roubam-me no sal, que estou a comprá-lo quase ao dobro do preço!

— Talvez não saibais, senhora, mas o sal passou a monopólio da coroa.

— Quer dizer, então, que ao rei de Castela também lhe deu para ser ladrão!

— Se lançou na ruína os mercadores que viviam do seu comércio, como não há de ser ladrão? E todo o monopolista vende a mercadoria ao preço que quer. Também agravou a sisa, imposto que, de ano para ano, não para de subir.

— Ouvi dizer que até lançou uma taxa sobre o linho fiado!

— E quando o povo não tiver mais tostões para rapar no fundo da arca, talvez se dê outro motim, como o das *Maçarocas*, acontecido há alguns anos no Porto! Para que vejais, senhora, até D. Diogo de Castro abdicou da presidência da Junta Governativa do Reino e desterrou-se em Évora.

— Quer dizer, então, que os portugueses já não mandam nada! — indignava-se a esposa com a humilhação estrangeira.

Pois não... A vida não estava fácil para ninguém, sobretudo para os cristãos-novos, que eram perseguidos como ratos portadores de peste. No Terreiro do Paço, corria à boca pequena o boato de que o Conselho Geral da Inquisição pedira à Junta Governativa do Reino a proibição do exercício de cargos públicos a todos os varões que tivessem ascendência judaica até ao 17.º grau! Se tal medida vingar, deduzia D. Henrique, os cristãos-novos seriam arredados de tudo o que estivesse sob a égide da coroa: secretariado do paço, oficialato do exército e da marinha, almoxarifado, mestrado das ordens militares, priorado das ordens religiosas, tribunais, alfândegas, capitanias, senados das câmaras... Tudo!

— Por essa razão é que o alcaide-mor me disse que o rei se prepara para alargar o confisco dos bens dos cristãos-novos, bem como para proibir a sua fuga para o estrangeiro.

— Mas, afinal, que direitos tem essa gente, senhor?

— Tem o direito de ser fiadora dos Filipes de Espanha e suspeita do Santo Ofício de Roma.

— Estranhos direitos...